



**O VIVIDO, O PENSADO E O REGIDO:
ANÁLISE RETROSPECTIVA DAS POLÍTICAS EM
EDUCAÇÃO PARA SURDOS**

Setembro/2013

Eixo temático: Políticas Públicas e Reformas Educacionais e Curriculares

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP

CONRAD, Katia Regina

katiaregina_conrad@hotmail.com

Comunicação Oral. Texto completo.

RESUMO

No dia 24 de abril de 2012, no décimo aniversário da Lei n. 10.436/02 – que reconhece a Libras como a língua oficial do povo Surdo brasileiro – a então presidenta do Brasil recebeu em ato público da comunidade Surda, a proposta para o Programa Nacional de Escolas Bilíngues para Surdos. Essa simples entrega de proposta representa, para a comunidade surda brasileira, um grande marco histórico-social na educação do povo Surdo. A luta pela inclusão social e/ou educacional do Surdo tem uma longa história e para compreender essa trajetória, o artigo que segue elegeu alguns momentos chave; os momentos que melhor representam as contribuições e recusas à inclusão do Surdo.

Palavras-chave: Surdos. Políticas Públicas. Educação Bilíngue. Inclusão.



INTRODUÇÃO

Em 22 de dezembro de 2005, o governo em vigor regulamentou, sob o decreto 5.626/05, a lei n.10.436 de 2002, consentindo a Língua Brasileira de Sinais – Libras como língua materna das pessoas com surdez. Esclareceu que a Libras é, oficialmente, a forma de comunicação e expressão que obtém sistema linguístico de natureza visual-motora e estrutura gramatical própria, capaz de transmitir as ideias e fatos oriundos das comunidades surdas do Brasil.

Este decreto dispõe de inúmeros direitos linguísticos e de acessibilidade para a pessoa Surda, identificando pessoa Surda como aquela que, por ter a deficiência auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Libras e, por isso, também define o ensino dessa língua como primeira língua, por direito do Surdo¹ e a Língua Portuguesa como segunda.

No dia 24 de abril de 2012, no décimo aniversário da lei supramencionada a então presidenta do Brasil recebeu em ato público da comunidade Surda, a proposta para o Programa Nacional de Escolas Bilíngues para Surdos. Essa simples entrega de proposta representa, para a comunidade surda brasileira, um grande marco histórico/social na educação do povo Surdo. A luta pela inclusão social e/ou educacional do Surdo tem uma longa história e para compreender essa trajetória, elegeram-se alguns momentos chave; os momentos que melhor representam as contribuições e recusas à inclusão do Surdo.

1. OS PRECURSORES NA EDUCAÇÃO DOS SURDOS

É somente a partir de 1500, conforme Veloso e Filho (2009) que começam a aparecer interessados e até mesmo defensores da capacidade dos Surdos para a aprendizagem. Um exemplo fora Ponce de León, citado por Strobel,

¹ Surdo – com letra maiúscula – define não somente uma pessoa com surdez, mas àquela pertencente à Cultura Surda, melhor detalhada e explicitada por STROBEL, 2008; PERLIN, 2005 e SKLIAR, 2005.



O monge beneditino Pedro Ponce de Leon, na Espanha, inicialmente ensinava latim, grego e italiano e conceitos de física e astronomia aos dois irmãos surdos, Francisco e Pedro Velasco, membros de uma importante família de aristocratas espanhóis. Relatos de seus sucessores indicam que Pedro Ponce de Leon usava como metodologia o alfabeto manual usado por monges, a língua espanhola oral e escrita. Porém ele não publicou nada em sua vida e depois de sua morte a sua metodologia caiu no esquecimento porque a atitude na época era de conservar segredos sobre os métodos de educação de surdos. (STROBEL, 2008b, p.85).

Ponce constituiu uma escola para Surdos em seu próprio monastério. Utilizava seu alfabeto bi-manual e alguns sinais simples. Mas estes gestos eram proibidos fora da escola, somente servia como instrumento de ensino. Para se comunicarem entre si e com seus familiares, os Surdos deviam falar.

Ponce de León ensinou, a elevados custos, vários Surdos da nobreza, porém, após seu falecimento, nada deixou para os Surdos, nem mesmo os pobres que permaneciam sem instrução. Toda a riqueza acumulada ficou para o seu monastério. Hoje Ponce é reconhecido como o primeiro professor de Surdos. (LOURENÇO; BARANI, 2011).

No momento em que a educação dos Surdos se desvendava é quando o Brasil entra para a história da “civilização ocidental e cristã”, como refere Saviani (2011), com a chegada dos Portugueses. O mesmo autor enfatiza que a colonização do Brasil se deu graças às ordens religiosas como os franciscanos (chegados com a caravela de Pedro Álvares Cabral) e os jesuítas que, por virem em maior número, tiveram maior influência nas ideias pedagógicas do Brasil.

Outra ordem religiosa que se fixou aqui foi a dos beneditinos em 1581 em Salvador. Em seguida fundaram outros monastérios em Olinda, Rio de Janeiro, Paraíba do Norte e São Paulo. Contudo, não tinham a instrução como meta principal. “[...] São Bento não manifestou nenhuma preocupação direta com a educação, nada tendo registrado sobre a questão pedagógica”. (SAVIANI, 2011, p.41).

2. A METODOLOGIA DO ORALISMO

O monge beneditino supramencionado foi descoberto como educador de Surdos somente em 1986, quando foram encontrados alguns escritos rudimentares de



seu método no Arquivo Histórico Nacional de Madri. O século XVII é marcado como o primeiro momento histórico em que se oficializa uma metodologia especificamente para a educação de Surdos: o Oralismo Puro. Seu precursor foi o partidário espanhol: Juan de Pablo Bonet (1573 – 1633). (LOURENÇO; BARANI, 2011).

O Oralismo Puro muito se parecia com o método adotado por Ponce de Léon; treinava a fala dos Surdos e usava poucos sinais e o alfabeto manual exclusivamente para o ensino da leitura e da escrita. (LOURENÇO; BARANI, 2011). Juan Pablo Bonet publicou, em 1620, o primeiro livro sobre a educação de Surdos no qual ele apresenta o ensino precoce do alfabeto manual: “*Reduccion de las letras y arte para enseñar a hablar a los mudos*”.

3. A PRIMEIRA LÍNGUA DE SINAIS

No continente europeu, até meados de 1760, Strobel (2008b) afirma que apenas Surdos provenientes de famílias nobres tinham acesso à educação. Cada tutor desenvolvia sua própria práxis pedagógica e a guardava em absoluto segredo. Um segredo que, quando convertido em sucesso, conferia fama e muito dinheiro a quem o dominasse.

O fato de possuírem irmãos e parentes surdos entre famílias nobres, era talvez devido ao fato de que na época era comum haver inúmeros casamentos consanguíneos com o interesse de acrescentar o poder econômico e político, centralizando nas mãos deles, por isto somente sujeitos surdos destas famílias ricas tinham ingresso à instrução [...] (STROBEL, 2008b, p.85).

Na França, o abade Charles Michel de L’Epée (1712-1789), após presenciar duas irmãs gêmeas Surdas se comunicando através de gestos/ sinais, iniciou e manteve contato com sujeitos Surdos necessitados e humildes que vagavam pela cidade de Paris. Procurando aprender e aos poucos se aprofundar mais nesta nova forma de comunicação por sinais, cria uma metodologia de ensino aos Surdos com as combinações desse dialeto e a gramática francesa: os “Sinais Metódicos”.

L’Epée transformou sua própria casa em uma escola gratuita para Surdos aberta tanto para os pobres quanto para os ricos. Ao atingir cerca de 70 alunos Surdos



matriculados em sua casa-escola, esta, oficializou-se como a primeira escola pública para Surdos do mundo, o Instituto para Jovens Surdos e Mudos de Paris. Nesta instituição, inúmeros Surdos, após formarem-se, eram treinados para atuar como professores. (STROBEL, 2008b). Essa foi a primeira possibilidade acessível a todos os Surdos da história e também a qual respeitava a singularidade e escolha do mesmo.

Devido a ascensão da educação para Surdos e o alto custo da metodologia do Oralismo, outros países aparecem interessados em reproduzir esse método. Na Alemanha, por exemplo, em torno de 1778, Samuel Heinicke (1729 – 1790) funda a primeira escola de Oralismo Puro de seu país. No entanto, poucos Surdos matricularam-se e cada vez menos sucesso esse método foi conquistando. Inicia-se então, como enfatizam Barani e Lourenço (2011), um entrave entre o Oralismo Puro e os Sinais Metódicos.

L'Épée ainda que muito criticado pelos demais profissionais, defendia que a Língua de Sinais constitui a linguagem natural dos Surdos e que é, para os mesmos, o verdadeiro meio de comunicação e de desenvolvimento do pensamento. L'Épée publicou o primeiro dicionário de sinais e em 1789; quando faleceu, já havia fundado 21 escolas para Surdos na França e Europa. (LOURENÇO; BARANI, 2011). Honora e Frizanco (2009) apontam que a obra mais importante desse educador foi “A Verdadeira Maneira de Instruir os Surdos-Mudos”, publicada em 1776, e que, por tanta luta e sacrifícios, ficou conhecido como “Pai dos Surdos”.

4. A CHEGADA DA EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL

O século XIX apresenta grandes acontecimentos na História do Brasil. Em 1822, ocorre a Proclamação da Independência, após, inicia-se a tarefa de dar estrutura jurídico-administrativa para o novo país, como a elaboração e promulgação de uma Constituição. Saviani (2011) relata que a partir dos anos de 1830, manifestaram-se revoltas e agitações nas pronúncias em que várias categorias de dominados chegaram a ser mobilizados por alguns dominantes, que, por sua vez, contestavam o poder central. Iniciou-se, então, conforme a expressão de Ilmar Mattos (1987 *apud* SAVIANI, 2011), o ‘tempo saquarema’, que se estendeu de 1837 a 1862.



Nesse, a conciliação entrou em cena explicitamente como estratégia política de disciplinamento e manutenção da ordem. Marco desse processo foi o fracasso da Revolução Praieira, em 1848. Depois disso os liberais foram vencidos e aliciados pelos conservadores, impondo-se o mecanismo da conciliação que, assumida intencionalmente, se converte na orientação política dominante no Segundo Império ao longo da década de 1850.

Saviani (2011) denuncia que a visão desse primeiro liberalismo não era exclusiva do Brasil, ocorria assim em diversos outros países. O novo liberalismo tinha como bandeira a abolição da escravatura e a introdução do trabalho assalariado no Brasil. A abolição, tida por quase todos como inevitável, foi programada pelas camadas dominantes brasileiras na forma de uma transição gradual e segura. Começou pela proibição do tráfico, em 1850, seguiu com a Lei do Ventre Livre, em 1871, teve continuidade com a Lei dos Sexagenários, 1885 e, finalmente, a Abolição geral, decretada pela lei Áurea, em 1888.

Outros acontecimentos marcam o Brasil nesse século, como a Proclamação da República em 1889 e vigência do decreto 119-A em 1890, que proíbe a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em matéria religiosa, consagra a plena liberdade de cultos e extingue o padroado. De acordo com Souza (2012), ainda nessa década, o presidente provisório, marechal Deodoro da Fonseca, convocou eleições para que uma Assembleia Constituinte votasse a primeira carta constitucional republicana do Brasil.

Buscando uma natureza laica, a Constituição de 1891 estabeleceu a separação entre a Igreja e o Estado. [...] Deodoro da Fonseca conseguiu que os constituintes estipulassem que a primeira eleição presidencial fosse indireta. Ao fim da votação, o marechal assumiu o governo brasileiro ao lado do vice Floriano Peixoto, que tinha sido oferecido ao cargo pelos setores de oposição. Dessa forma, a nação brasileira passava a estar sob a vigência de seu primeiro presidente eleito. (SOUSA, 2012, s/p.)

Para os Surdos, este século também representa amplas mudanças. “O início desta fase é marcada por acontecimentos do fim do século XVIII, como a morte de L’Epée, que traz grandes disputas de poderes pela cadeira de diretor de sua escola e as experiências e maiores interesses em descobertas científicas”. (BARANI, LOURENÇO,



2011, p.10). As mesmas autoras afirmam que nessa fase, com o desenvolvimento dos estudos da biologia e pesquisas médicas, o Surdo passa a ser entendido como um doente. Diversas experiências passam a ser frequentemente usadas. Inicia a “Era da Reabilitação”, mesmo na própria escola de L’Epée.

Todavia, o maior marco deste século é, por fim, o encontro da educação para Surdos com a História do Brasil. A educação para Surdos chega ao Brasil logo no início do segundo império brasileiro, em 1855, quando Dom Pedro II contrata o professor Eduard Huet (1822 – 1882), com surdez congênita, da escola francesa de L’Epée.

Em 26 de setembro de 1857, Huet funda o primeiro instituto para meninos Surdos do Brasil. O inicialmente intitulado Instituto Imperial de Surdos-Mudos – ISM, e hoje chamado de Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES funcionava como um colégio de internato. As crianças e adolescentes eram deixados lá durante todo o ano, estudavam os conteúdos disciplinares e também oficinas para a profissionalização no caso dos meninos.

Mais tarde, quando o instituto passou a aceitar meninas, essas eram ensinadas conteúdos escolares básicos, cozinhar e fazer artesanatos. (LOURENÇO; BARANI, 2011). A Língua de Sinais Brasileira foi se difundindo no Brasil pelos próprios Surdos, alunos do tal instituto. Veloso e Filho (2009) afirmam que pais de todo o Brasil levavam seus filhos Surdos ao INES.

5. O CONGRESSO DE MILÃO

Contudo, o embate entre a utilização de Línguas de Sinais e o método do Oralismo Puro cada vez foi ficando mais acirrado. Um dos maiores incentivadores e defensores do Oralismo foi Alexander Graham Bell. Strobel (2008b) acusa que, com a mãe e a esposa se negando e escondendo da sociedade o fato de serem Surdas, e o pai já uma autoridade pelo trabalho como professor de Surdos e por treinar professores de uma escola de Surdos nos Estados Unidos, Graham Bell dedica sua vida à causa de fazer falar os Surdos.

Com base em Veloso e Filho (2009), Graham Bell caracterizava a Língua de Sinais imprecisa e inferior à fala; publicou vários artigos censurando o casamento entre Surdos, a cultura surda, as escolas residenciais para Surdos; argumentava também que o

uso das Línguas de Sinais não proporcionava aos Surdos seu desenvolvimento intelectual. Graham Bell,

[...] ao observar que elas ensinavam umas as outras a linguagem dos sinais e ganhavam um senso de comunidade com os outros surdos que durava além de seus anos na escola, ele concluiu que a assimilação e o desenvolvimento social nunca seriam conseguidos a menos que as crianças surdas fossem isoladas umas das outras. Bell pressionou incansavelmente para modificar as políticas de educação das instituições para surdos, de modo a impedir ‘a formação de uma variedade surda da raça humana’. (Wrigley,1996, p.27 apud STROBEL, 2008b, p.88)

Strobel alega que Bell tomava partido da “Filosofia Eugênia”, “[...] ciência que estuda as condições mais propícias à reprodução e melhoramento da raça humana [...]” (STROBEL, 2008b, p.88) – censurando casamentos entre casais de surdos, afirmando que se os surdos casassem e se reproduzissem, isto é, tendo mais filhos surdos, seria uma catástrofe para a sociedade.

Além do fato, já citado, de muitas famílias nobres realizarem o casamento consanguíneo, até este momento da história, antes da descoberta dos antibióticos, a surdez era muito comum também como resultado de doenças e falta de conhecimento sobre prevenção à surdez. Isso gerava um grande número de pessoas com deficiência da sociedade, o que, conseqüentemente, vinha gerando muitos interessados no assunto.

Assim, no dia 11 de setembro de 1880 reúnem-se representantes da França, Estados Unidos, Canadá, Itália e outros, no *Congresso Internacional de Professores de Surdos em Milão*, Itália, para discutir e avaliar a importância de três métodos rivais: língua de sinais, oralista e mista (língua de sinais e o oral). O interesse era reafirmar a necessidade de substituição da língua de sinais pela língua oral nacional. Foram retomados, neste congresso, velhos princípios de Aristóteles como: a fala é o único e correto veículo do pensamento. (LOURENÇO; MEIRELES; MENDONÇA, 2012).

Strobel denuncia que,

[...] este congresso foi organizado, patrocinado e conduzido por muitos especialistas ouvintistas, todos defensores do oralismo puro, num total de 164 delegados, 56 eram oralistas franceses e 66 eram oralistas italianos. Havia 74% de oralistas da França e da Itália. Alexander Graham Bell teve grande influência neste congresso. Os



países que resistiram à proibição da língua de sinais foram a Grã Bretanha e os Estados Unidos. Alguns sujeitos surdos, representantes do povo surdo, queriam participar do congresso, mas foram excluídos na votação e tiveram seus discursos negados. (STROBEL, 2008b, p.90).

A mesma autora denuncia que a tal votação recebeu 160 – contra apenas 4 – votos a favor do Oralismo e que a partir daí a língua de sinais foi proibida oficialmente sob a alegação de que essa, destruía a habilidade da oralização dos sujeitos Surdos. Para a autora, após o congresso de Milão, houve fracassos não só na educação dos Surdos:

Como uma criança surda poderá desenvolver uma língua se não houver uma identificação com o surdo adulto? Como o sujeito surdo poderá fazer uma identificação com relação à sua identidade surda se ele não conviver com outros surdos que façam o uso da língua de sinais? Quem foi que disse que é só o sujeito surdo utilizar-se da língua de sinais que, por um passe de mágica, passará a ter uma aprendizagem total? E a cultura, como fica? (STROBEL, 2008b, p.91).

Strobel alude que a Língua de Sinais e a cultura surda eram, antes deste fato, valorizadas e usadas livremente. Antes do tal congresso, havia inúmeros Surdos escritores, artistas, professores e outros. Todavia, Lourenço, Meireles e Mendonça (2012) afirmam que a decadência educacional dos Surdos fora notória e logo passou a ser um tema discutido em muitos outros congressos subsequentes.

6. NOVAS DESCOBERTAS: NOVAS EXPECTATIVAS

Na educação básica comum, este século revela grandes manifestações sociais pela transformação da situação política e social do Brasil. Saviani (2011) acusa que em 1930, é publicado o primeiro livro empenhado em divulgar o ideário renovador no Brasil de forma sistemática: *“Introdução ao estudo da Escola Nova”*, por Lourenço Filho. Em 1932, a ruptura entre católicos e escolanovistas efetivou-se na IV Conferência Nacional de Educação, com a publicação do *“Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova”*.

Soares e Oliveira (2009) acusam que em 1945, a proposta escolanovista domina a orientação pedagógica das escolas brasileiras e se estende até a metade da

década de 1960. As lutas cultivadas pelos intelectuais desta época, a fim de inovar a política educacional, resultaram em diversas leis, entre elas, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 4.024/61. Para os autores, a aprovação da LDB 4.024/61 foi um grande avanço para a sociedade oportunizando a gratuidade do ensino primário para todos os brasileiros.

Mas o ensino brasileiro fundamentado em princípios liberais, contudo, não foi implantado plenamente ante a tomada do poder pelos militares em 1964.

[...] Após a eclosão do regime militar, em 1964, há uma redefinição de política educacional e de funcionamento e organização escolar. Face ao grau de politização já evidente no comportamento de alunos e professores, o novo regime político promove uma desintegração do sistema educacional, pressionando o avanço das inovações e a expansão de novas oportunidades. (SOARES; OLIVEIRA, 2009, p.49).

E em 1996, após diversos congressos e encontros internacionais sobre “Educação para Todos”, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei n. 9.394/96, assegura a Educação Especial/ Inclusiva no Brasil, porém nada especifica sobre a Educação de/para Surdos; “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”. (BRASIL, 1996, art.58).

Mundialmente, o século XX tem por maior evidência aos Surdos, meados de 1960, quase um século pós-Congresso de Milão. A partir desse momento, o linguista Willian Stokoe, da Universidade Gallaudet (Instituto de Educação para Surdos dos Estados Unidos, também fundado por um discípulo de L’Epée), passa a divulgar sua pesquisa feita com Surdos no seu país.

Nessa pesquisa, Stokoe observou dois grupos de Surdos:

1. Surdos filhos de pais Surdos;
2. Surdos filhos de pais ouvintes.

O intuito era observar o uso (ou não) de Língua de Sinais e o desenvolvimento escolar dessas crianças. Como a Língua de Sinais havia sido proibida, somente usariam esta forma de comunicação as crianças do grupo 1; pois, sendo filhas de pais Surdos, era inevitável tal comunicação.



A pesquisa de Stokoe concluiu que crianças Surdas filhas de pais Surdos (e por tanto, tendo como língua materna a Língua de Sinais) tinham melhor desenvolvimento escolar, compreendiam o mundo a sua volta e tinham identidade. Stokoe publicou esta pesquisa e, como já lecionava no Instituto Gallaudet, retoma-se, nos Estados Unidos, a utilização da American Sign Language (Língua Americana de Sinais) na educação de Surdos.

As questões da cultura surda e a língua de sinais foram muito refletidas e valorizadas em meados de 1960. O linguista Willian Stokoe publicou “*Language Structure: na Outline of the Visual Communication System of the American Deaf*” afirmando que a língua de sinais americana é uma língua com todas as características da língua oral. Esta publicação foi a origem de todas as pesquisas linguísticas da língua de sinais que prosperaram nos Estados Unidos, na Europa e no Brasil. (STROBEL, 2008a, p.92).

Veloso e Filho (2009) declaram que a partir daí a educação de Surdos passa a utilizar como método a Comunicação Total. A Comunicação Total se deu devido a abertura, porém, não estruturada utilização de Línguas de Sinais nas escolas. Nessa metodologia, toda e qualquer forma de fala/comunicação era permitida; como, por exemplo, a fala utiliza concomitante com gestos, somente Língua de Sinais, somente fala, leitura orofacial, gestos caseiros, alfabeto manual etc., conforme escolha/preferência da criança.

A Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos – FENEIS, chamada inicialmente por FENEIDA – Federação Nacional de Educação e Integração de Deficientes Auditivos foi fundada no Brasil em 1987, na cidade do Rio de Janeiro. A FENEIS só conseguiu uma sede própria em 1993. (VELOSO e FILHO, 2009).

Em 1993 também surge a primeira linguista brasileira a apresentar pesquisas da Língua de Sinais do Brasil, a Surda Lucinda Ferreira Brito. Após passar um mês em uma das aldeias dos índios Kaapor para estudos da Língua de Sinais desenvolvida entre eles na selva amazônica, publica o seu primeiro livro: “*Integração Social e Educação de Surdos*”, no qual discorre sobre a LSKB – Língua de Sinais Brasileira Kaapor e a LSCB – Língua de Sinais Brasileira dos Centros Urbanos. Em outubro de 1993, na sede da FENEIS, organizou-se uma reunião para eleger uma nomenclatura definitiva para a Língua de Sinais: LSCB – Língua de Sinais Brasileira dos Centros Urbanos (nome



adotado por Brito) ou Libras – Língua Brasileira de Sinais. A partir da votação, passou-se a utilizar “Libras”.

7. MOVIMENTO SURDO BRASILEIRO: O SURDO TAMBÉM QUER “SER OUVIDO”

O século XXI apresenta grandes realizações para a comunidade surda; pois é início deste século que as lutas e manifestações deste povo começam a gerar algum resultado efetivo. E é, ao final de 2012, a primeira vez na história que o Brasil pode pensar um atingível Sistema Nacional de Ensino, a partir do Projeto de Lei n. 8.035/10 para o Plano Nacional de Educação.

Em 24 de abril de 2002, a Libras é oficializada como a língua materna das comunidades surdas brasileiras, reconhecida pela Lei n.10.436/02 e, em 2005, regulamentada com o Decreto 5.626/05 em 22 de dezembro. Esse decreto também especifica os diversos direitos que todo cidadão Surdo tem na área da saúde, educação, trabalho; defende também a obrigatoriedade do Intérprete de Libras e sua devida formação.

Entende-se como Língua Brasileira de Sinais – Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL, 2002b, art.1º).

Na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC também já encontramos o curso de graduação em Letras/ Libras com as modalidades para licenciatura (formação de professores de Libras) e bacharelado (formação de Intérpretes). Veloso e Filho (2009) declaram que tais cursos tiveram início, respectivamente, em 2006 e 2008, contemplando alunos Surdos e Ouvintes.

A partir dessas conquistas, constata-se inicialmente que os sujeitos Surdos têm a oportunidade e o direito de exercer seus papéis na sociedade igualmente como os demais, eles têm a oportunidade de se tornarem cidadãos ativos. Porém, algumas denúncias parecem apontar para outro lado.



Em maio de 2011, o G1.Globo (Acesso em 26/08/2012) fez referência a um grande protesto da comunidade surda em frente ao Congresso Nacional, em Brasília. A “[...] manifestação organizada pela Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS) pede mais respeito à Língua Brasileira de Sinais e melhores condições de educação. Na quinta-feira (19), eles se reuniram com o Ministro da Educação, Fernando Haddad”.

O site do programa televisivo ‘Bom Dia Brasil’ (Acesso em 26/08/2012) também expôs sobre o fato de que “O Ministério da Educação acha que eles devem estudar nas regulares, mas com algumas exceções. Especialistas, educadores e os próprios estudantes preferem as especiais²”

O Brasil tem duas línguas oficiais, a dos ouvintes e a dos surdos, que é a chamada língua dos sinais. A comunidade dos surdos acredita que a formação básica dessas pessoas merece também um modelo especial de educação. João Gabriel e outros alunos que falam em silêncio estudam em uma escola bilíngue, o Instituto Nacional de Educação de Surdos [INES], no Rio. Uma tradutora explica o que o estudante está falando: ‘A nossa primeira língua é a língua de sinais, e o português vem como segunda língua. É muito melhor quando a gente tem essa língua de sinais, que a gente consegue contextualizar os acontecimentos. Temos esse direito, merece essa comunicação’, diz. Nesta quinta-feira (19) tem um debate importante em Brasília – que vai definir o rumo da educação para os alunos surdos. Eles devem estudar em escolas regulares ou especiais? (BOM DIA BRASIL, acesso em: 26/08/2012)

Garcêz (2011) acusa que este movimento teve início a partir da ameaça de fechamento das escolas bilíngues de educação básica para Surdos – incluindo o próprio INES, berço da Libras e da educação de Surdos – e obrigatoriedade de remanejamento destes alunos às escolas regulares, efetivando assim o que o MEC caracteriza por Educação Inclusiva.

Cerca de quatro mil pessoas estiveram em Brasília nos dias 19 e 20 de maio para pedir mais participação dos movimentos sociais na elaboração de políticas educacionais para surdos. O grande ato político e cultural, além de representar uma marca histórica nas lutas dos surdos, pode ser considerado um divisor de águas. Chamou a

² O termo “especiais” refere-se, nessa citação, às escolas bilíngues para Surdos, como pode-se perceber logo a seguir.



atenção das autoridades para a força de um povo, que quer ser visto na sua diferença cultural e não na perspectiva da deficiência. (GARCÊZ, 2011, p.10).

8. EDUCAÇÃO PARA SURDOS EM EVOLUÇÃO OU RETROCESSO? UMA ANÁLISE FINAL

Nos estudos pela história da educação dos Surdos no Brasil, especialmente em Strobel e Perlin (2008) e Strobel (2008b), evidenciam-se três fases: a primeira, quando o povo surdo não apresentava grandes problemas com a educação, com evidências de que havia vários escritores, artistas, professores e outros sujeitos Surdos exercendo seu papel ativo na sociedade.

O segundo momento é a fase que veio como consequência do congresso de Milão, em 1880, com proibição do uso da língua de sinais, nesta fase as comunidades surdas são obrigadas e se sujeitam ao Oralismo e não tem direitos de opinar nem mesmo na educação de seu próprio povo.

O terceiro momento é o grande “despertar cultural” quando, a partir de 1960, inicia uma nova fase para o renascimento e aceitação da língua de sinais e o reconhecimento da cultura surda. Mas ainda aqui, conforme Strobel (2008b) pode-se averiguar a resistência e opressão do direito de participação política dos Surdos com respeito à educação. É contra essa resistência que reivindica o Movimento Surdo.

Contudo, o Movimento não apenas exigiu ou criticou; ele trouxe novos projetos e propostas políticas por uma educação bilíngue baseada em pressupostos específicos, diferentes do apresentado nas políticas públicas até então empregadas.

Estes documentos foram “Carta-Denúncia dos Surdos Falantes da Língua de Sinais Brasileira (Libras) ao Ministério Público Federal sobre a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva Imposta à Educação de Surdos pela Secretaria de Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação”; “Reivindicação da Comunidade Surda Brasileira” ao Dr. Fernando Haddad, M.D. Ministro da Educação do Brasil de Karin Lilian Strobel (Diretora-Presidente da FENEIS) e Patrícia Luiza Ferreira Rezende (Diretora de Políticas Educacionais da FENEIS); “Nota sobre a Internacional Disability Alliance – IDA”; “Nota de Esclarecimento da FENEIS sobre a Educação Bilíngue para Surdos” em resposta à Nota



Técnica n. 5/2011/MEC/SECADI/GAB; “Propostas para a elaboração de uma Política Nacional de Educação Bilíngue para Surdos”; e “Proposta de emendas para o Projeto de Lei n. 8.035, de 2010, Relativo ao Plano Nacional de Educação (PNE) – 2011-2020”.

Outro documento constituído e entregue aos governantes deste país foi a “Carta Aberta ao Ministro da Educação”, este, no ano de 2012. A carta foi elaborada pelos sete primeiros (e até a presente data, únicos) doutores Surdos brasileiros que atuam nas áreas de educação e linguística e declarou que,

Nós, surdos, militantes das causas dos nossos compatriotas surdos, apelamos a Vossa Excelência pelo nosso direito de escolha da educação que melhor atende aos surdos brasileiros que têm a Libras como primeira língua. Concordamos que “O Brasil tem que ter 100% das crianças e jovens com deficiência na escola”, sim, mas não concordamos que a escola regular inclusiva seja o único e nem o melhor espaço onde todas essas crianças e jovens conseguem aprender com qualidade. (CARTA ABERTA AO MINISTRO DA EDUCAÇÃO, 2012, p.1).

Na carta, os doutores defendem que não são os únicos a acreditar e defender a tese de que “[...] os surdos melhor incluídos socialmente são os que estudam nas Escolas Bilíngues, que têm a Língua de Sinais Brasileira, sua língua materna, como primeira língua de convívio e instrução [...]” (CARTA ABERTA AO MINISTRO DA EDUCAÇÃO, 2012, p.1) e que é isso o que possibilita o desenvolvimento da competência em Português escrito, como segunda língua. De acordo com os mesmo,

Reforçamos que há um número relativamente grande de mestres e doutores, pesquisadores de diversas áreas de conhecimento, além de professores de ensino básico e superior, que identificam essa realidade e atuam nessa luta conosco. Todos os pesquisadores sérios proclamam que as ESCOLAS BILÍNGUES PARA SURDOS, cujas línguas de instrução e convívio são a Libras (L1) e o Português escrito (L2), são os melhores espaços acadêmicos, para a aprendizagem e inclusão educacional de crianças e jovens surdos. (CARTA ABERTA AO MINISTRO DA EDUCAÇÃO, 2012, p.1).

Pode-se considerar que este grito da comunidade surda foi um grande marco no “despertar cultural”; pois fica visível não apenas o conhecimento de seus direitos por parte dos Surdos, mas a força e união desta comunidade, bem como a estratégia política com os documentos organizados e entregues aos governantes.



Porém, lembrando o que defendeu Strobel (2008b), há uma resistência e opressão quanto à participação política dos Surdos em sua própria educação. Apesar do numeroso e impactante Movimento e todo o embasamento teórico e prático dos textos, é possível averiguar que as mudanças ainda não aconteceram e, portanto, essa luta ainda não chegou ao fim.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005(a)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm Acesso em: 14 mar.2012.

BRASIL. **Lei n.10.436, de 24 de abril de 2002(b)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm Acesso em 14 mar.2012.

BOM DIA BRASIL. **Brasília debate se surdos devem estudar em escola regular ou especial**. <http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2011/05/brasilia-debate-se-surdos-devem-estudar-em-escola-regular-ou-especial.html>; (Edição do dia 19/05/2011). Acesso em: 26 ago.2012.

CARTA ABERTA AO MINISTRO DA EDUCAÇÃO. Elaborada pelos sete primeiros doutores surdos brasileiros, que atuam nas áreas de educação e linguística. Disponível em: https://docs.google.com/folder/d/0B8A54snAq1jAYV9UUFpSZFUxXzg/edit?pli=1&ocId=1ygEmgqmGuH4R3coUMEdXJ-wpOKg579iA43Gr2GrwR_o

G1.GLOBO. **Surdos protestam em Brasília por melhores condições de ensino**. Disponível em: <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2011/05/surdos-protestam-em-brasilia-por-melhores-condicoes-de-ensino.html>. Acesso em: 26 ago.2012.

GARCÊZ, R. L. Nada sobre nós sem nós. **Revista da FENEIS**, n.44. p.10-14, jun./ago.[s.d].

LOURENÇO, K. R. C.; BARANI, E. Educação e Surdez: um resgate histórico pela trajetória educacional dos Surdos no Brasil e no Mundo. **Revista Virtual de Cultura Surda e Diversidade**. n.8, set.2011.

LOURENÇO, K.R.C.; MEIRELES, A.R.A.F.C.; MENDONÇA, S.R.D. **LIBRAS, Língua Brasileira de Sinais**. Taubaté/SP: Universidade de Taubaté – UNITAU, 2012.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3.ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2011.



XI Encontro de Pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo

Currículo: tempos, espaços e contextos

29 e 30 de outubro de 2013



SOARES, M.J.N.; OLIVEIRA, V.P. **Estrutura e Funcionamento do Ensino**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, CESAD, 2009.

SOUSA, R. **Constituição de 1891**. Disponível em:
<http://www.mundoeducacao.com.br/historiadobrasil/constituicao-1891.htm> Acesso em:
05 jan.2012.

STROBEL, K. L. **As Imagens do outro sobre a Cultura Surda**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008a.

STROBEL, K. L. **Surdos: Vestígios Culturais Não Registrados Na História**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação. Linha de Pesquisa Educação e Processos Inclusivos. Florianópolis, 2008b.

STROBEL, K.; PERLIN, G. **Fundamentos da Educação de Surdos**. Licenciatura em Letras/Língua Brasileira de Sinais. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC: Florianópolis, 2008.

VELOSO, E.; FILHO, V. M. **Aprenda LIBRAS com eficiência e rapidez**. Curitiba/PR: Mãos Sinais, 2009.v1.